

ANO XXIV N. 101 19/6/2026

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Resolução conjunta CNJ-CNMP n. 16, de 1 de junho de 2026](#)

Dispõe sobre diretrizes para a atuação dos tribunais e do Ministério Público voltadas à efetividade da produção antecipada de prova, por meio do depoimento especial, em casos de violência contra crianças e adolescentes, assegurada a oitiva única, a prevenção da revitimização e a prioridade de tramitação.

(DJe/CNJ 18/6/2026, p. 2-8)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[Lei n. 15.437, de 18 de junho de 2026](#)

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, para dispor sobre o prazo de identificação de terrenos marginais, terrenos de marinha e seus acréscidos.

(DOU 19/6/2026, Seção 1, p. 1-5)

[Lei n. 15.438, de 18 de junho de 2026](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

(DOU 19/6/2026, Seção 1, p. 1)

[Medida Provisória n. 1.369, de 18 de junho de 2026](#)

Altera a Lei nº 15.201, de 9 de setembro de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

(DOU 19/6/2026, Seção 1, p. 2)